

Destaques da sessão plenária de 28 de fevereiro e 1 de março de 2018, Bruxelas

Debate sobre a cimeira informal dos líderes europeus de 23 de fevereiro

Os eurodeputados vão debater com representantes do Conselho e da Comissão os resultados da reunião informal dos 27 chefes de Estado ou de Governo da União Europeia (UE), focada no orçamento de longo prazo da UE, na composição do Parlamento Europeu (PE) após as eleições europeias de 2019, no processo de "Spitzenkandidaten" (candidatos principais) para a escolha do presidente da Comissão, nas negociações do Brexit, na Síria e nas relações com a Turquia. O debate realiza-se amanhã, pelas 16h00.

4

Debate sobre a situação humanitária na Síria

O primeiro debate da sessão plenária será dedicado à situação humanitária em Ghouta Oriental, agravada pela escalada dos ataques perpetrados por forças do regime sírio, que já vitimaram centenas de civis e que mantêm cercadas cerca de 400 mil pessoas. O PE vai votar uma resolução sobre este assunto na sessão plenária de março.

5

Estado de direito na Polónia: Conselho deve agir rapidamente

Numa resolução que vai ser discutida na quarta-feira e votada no dia seguinte, os eurodeputados saúdam a decisão da Comissão Europeia de ativar o artigo 7.º do Tratado da UE no que diz respeito à situação na Polónia e pedem ao Conselho que aja rapidamente para determinar se existe um risco manifesto de violação grave dos valores europeus por parte deste país.

6

Consultores e intermediários obrigados a comunicar esquemas de planeamento fiscal agressivo

O PE vai votar regras para aumentar o escrutínio a que estão sujeitas as atividades de planeamento e aconselhamento fiscal na UE, visando dissuadir os intermediários, como consultores fiscais, contabilistas, bancos e advogados, de conceber e comercializar mecanismos suscetíveis de conduzir à elisão e evasão fiscais. A obrigação de comunicar às autoridades fiscais os mecanismos de planeamento fiscal agressivo recairá sobre os intermediários e, nalguns casos, sobre pessoas singulares e empresas.

7

Debate sobre a retirada de oito países da "lista negra" de paraísos fiscais

A remoção de oito países, incluindo o Panamá, a Tunísia e a Região Administrativa Especial de Macau, da lista da UE de jurisdições fiscais não cooperantes vai ser discutida com o Conselho e a Comissão na quarta-feira. Em janeiro, o Conselho transferiu oito dos 17 países inicialmente incluídos na “lista negra” para uma “lista cinzenta”, após compromissos assumidos a nível político.

9

Criação de uma nova comissão especial do PE sobre os crimes financeiros

Os eurodeputados deverão aprovar a criação de uma comissão especial do PE sobre os crimes financeiros e a elisão e a evasão fiscais, que dará seguimento ao trabalho das anteriores comissões TAXE e PANA. A resolução que determina as competências, composição numérica e duração do mandato da nova comissão será votada na quinta-feira. Esta deverá ser composta por 45 membros e apresentar o relatório final dentro de um ano.

10

Ponto da situação sobre a União Bancária

O relatório anual sobre a União Bancária reitera a preocupação do PE com o elevado nível de créditos não produtivos (crédito malparado), incentiva a criação de sociedades de gestão de ativos, ou “bancos maus”, para resolver este problema, e nota que a União Bancária está incompleta sem um terceiro pilar, relativo à criação de um Sistema Europeu de Seguro de Depósitos. O debate e a votação realizam-se na quinta-feira.

11

Saúde das abelhas, apoio aos apicultores e promoção do mel na UE

O PE vai propor medidas para proteger a saúde das abelhas, apoiar os apicultores europeus e promover o mel e a sua utilização terapêutica. As abelhas prestam um serviço fundamental ao ecossistema e à agricultura na UE ao polinizarem as flores, nota o relatório da comissão parlamentar da Agricultura que vai ser debatido em plenário na quarta-feira e votado na quinta-feira.

13

Outros assuntos em destaque

Luta contra o terrorismo / Direitos fundamentais

15

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/agenda/briefing/2018-02-28>

Mais informação

[Agenda da sessão plenária](#)

[Pode assistir em direto à sessão plenária no sítio Web do PE \(EP Live\)](#)

[Conferências de imprensa e outros eventos](#)

[EuroparTV](#)

[Material multimédia](#)

[EP Newshub](#)

[Podcasts do Serviço de Estudos do PE](#)

Contactos

Isabel Teixeira NADKARNI

Serviço de Imprensa

☎ (+32) 2 28 32198 (BXL)

☎ (+33) 3 881 76758 (STR)

☎ (+32) 498 98 33 36

✉ isabel.nadkarni@europarl.europa.eu

Debate sobre a cimeira informal dos líderes europeus de 23 de fevereiro

Os eurodeputados vão debater com representantes do Conselho e da Comissão os resultados da reunião informal dos 27 chefes de Estado ou de Governo da União Europeia (UE), focada no orçamento de longo prazo da UE, na composição do Parlamento Europeu (PE) após as eleições europeias de 2019, no processo de "Spitzenkandidaten" (candidatos principais) para a escolha do presidente da Comissão, nas negociações do Brexit, na Síria e nas relações com a Turquia. O debate realiza-se amanhã, pelas 16h00.

Debate: 28/02/2018

Mais informação

[Principais resultados da reunião informal dos 27 chefes de Estado ou de Governo da UE, de 23 de fevereiro de 2018](#)

[Comunicado de imprensa - Eleições europeias 2019: PE rejeita listas transnacionais, nenhum Estado-Membro perde eurodeputados \(7 de fevereiro de 2018\)](#)

[Comunicado de imprensa - Processo para a eleição do presidente da Comissão Europeia é "irreversível", diz PE \(7 de fevereiro de 2018\)](#)

[Material multimédia](#)

Debate sobre a situação humanitária na Síria

O primeiro debate da sessão plenária será dedicado à situação humanitária em Ghouta Oriental, agravada pela escalada dos ataques perpetrados por forças do regime sírio, que já vitimaram centenas de civis e que mantêm cercadas cerca de 400 mil pessoas. O PE vai votar uma resolução sobre este assunto na sessão plenária de março.

Debate: 28/02/2018

Votação: sessão plenária de março

Estado de direito na Polónia: Conselho deve agir rapidamente

Numa resolução que vai ser discutida na quarta-feira e votada no dia seguinte, os eurodeputados saúdam a decisão da Comissão Europeia de ativar o artigo 7.º do Tratado da UE no que diz respeito à situação na Polónia e pedem ao Conselho que aja rapidamente para determinar se existe um risco manifesto de violação grave dos valores europeus por parte deste país.

O [artigo 7.º do Tratado da UE](#) determina que, sob proposta fundamentada de um terço dos Estados-Membros, do PE ou da Comissão, o Conselho, deliberando por maioria qualificada de quatro quintos dos seus membros, e após aprovação do PE, pode verificar a existência de um risco manifesto de violação grave dos valores europeus referidos no artigo 2.º do Tratado por parte de um Estado-Membro. Antes de proceder a essa constatação, o Conselho deve ouvir o Estado-Membro em questão e pode dirigir-lhe recomendações.

No fim do processo estipulado no artigo 7.º, o país em causa pode ver suspensos alguns dos direitos previstos no Tratado, como o direito de voto no Conselho.

Debate: 28/02/2018

Votação: 1/03/2018

Processo: resolução

Mais informação

[Proposta de resolução sobre a decisão da Comissão de ativar o artigo 7.º, n.º 1, do TUE no que respeita à situação na Polónia](#)

[Comunicado de imprensa da Comissão, de 20 de dezembro de 2017, sobre a decisão de ativar o artigo 7.º do TUE](#)

[Resolução do Parlamento Europeu, de 15 de novembro de 2017, sobre a situação do Estado de direito e da democracia na Polónia](#)

Consultores e intermediários obrigados a comunicar esquemas de planeamento fiscal agressivo

O PE vai votar regras para aumentar o escrutínio a que estão sujeitas as atividades de planeamento e aconselhamento fiscal na UE, visando dissuadir os intermediários, como consultores fiscais, contabilistas, bancos e advogados, de conceber e comercializar mecanismos suscetíveis de conduzir à elisão e evasão fiscais. A obrigação de comunicar às autoridades fiscais os mecanismos de planeamento fiscal agressivo recairá sobre os intermediários e, nalguns casos, sobre pessoas singulares e empresas.

Várias fugas de informação, como os Documentos do Panamá, revelaram como certos intermediários apoiam os seus clientes (empresas e pessoas singulares) na fuga aos impostos, normalmente através de mecanismos complexos transnacionais que permitem dissimular dinheiro em territórios *offshore*.

Os mecanismos de planeamento fiscal com determinadas características, suscetíveis de causar perdas aos Estados, passarão a ter de ser comunicados às autoridades fiscais antes de serem postos em prática (num prazo de cinco dias a contar da data da prestação ao cliente), o que deverá desincentivar os intermediários de conceber e comercializar este tipo de mecanismos.

Os contribuintes serão também menos “tentados” a criar ou utilizar esquemas deste tipo se souberem que estes devem ser declarados.

Um regime de comunicação obrigatória deverá ainda contribuir para criar condições equitativas para as empresas, dado ser provável que as empresas de maior dimensão recorram mais a estes mecanismos para fins de elisão fiscal num contexto transfronteiras do que as PME.

Cada Estado-Membro poderá, se necessário, conceder aos intermediários o direito à dispensa de apresentação de informações sobre um mecanismo transfronteiras “quando os intermediários possam beneficiar do direito ao segredo profissional ao abrigo da legislação nacional”.

Nesses casos, a obrigação de apresentar informações cairá sobre o contribuinte. Os intermediários “devem informar por escrito os contribuintes desta responsabilidade que resulta do direito ao segredo profissional, devendo conservar um aviso de receção assinado pelo contribuinte”, dizem os eurodeputados. O contribuinte deverá apresentar às autoridades fiscais as informações sobre o mecanismo transfronteiras no prazo de dez dias úteis, acrescentam.

Troca obrigatória de informações entre os Estados-Membros A troca automática e obrigatória de informações é um elemento fundamental desta proposta. Os Estados-Membros trocarão automaticamente, através de uma base de dados centralizada, as informações que receberem sobre mecanismos de planeamento fiscal, o que os alertará atempadamente para novos riscos de elisão fiscal e lhes permitirá tomar medidas para bloquear procedimentos nocivos. A troca automática será feita trimestralmente.

A proposta de diretiva, sobre a qual o PE é consultado, deixa aos Estados-Membros a responsabilidade de estabelecer as sanções aplicáveis em caso de violação das regras.

Próximos passos Depois de votada no PE, a proposta terá ainda de ser aprovada pelo Conselho de Ministros da UE, por unanimidade. Está previsto que os novos requisitos de comunicação se tornem obrigatórios no início de 2019.

Certos Estados-Membros, como Portugal, Irlanda e Reino Unido, já dispõem de [regimes nacionais de comunicação obrigatória para os intermediários](#).

A proposta faz parte das iniciativas da UE para lutar contra a elisão e a evasão fiscais e promover um sistema fiscal mais justo.

Debate: 1/03/2018

Votação: 1/03/2018

Processo: consulta

Relator: Emmanuel Maurel (S&D, FR)

Mais informação

[Relatório sobre a proposta que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade em relação aos mecanismos transfronteiras a comunicar](#)

[Estudo sobre o papel dos consultores e intermediários nos esquemas revelados nos Documentos do Panamá](#)

Debate sobre a retirada de oito países da "lista negra" de paraísos fiscais

A remoção de oito países, incluindo o Panamá, a Tunísia e a Região Administrativa Especial de Macau, da lista da UE de jurisdições fiscais não cooperantes vai ser discutida com o Conselho e a Comissão na quarta-feira. Em janeiro, o Conselho transferiu oito dos 17 países inicialmente incluídos na “lista negra” para uma “lista cinzenta”, após compromissos assumidos a nível político.

Os oito países que passaram da lista negra para a lista cinzenta são Barbados, Granada, Coreia do Sul, Região Administrativa Especial (RAE) de Macau, Mongólia, Panamá, Tunísia e Emirados Árabes Unidos.

A decisão tomada pelo Conselho no dia 23 de janeiro mantém na lista de jurisdições não cooperantes Samoa Americana, Barém, Guame, Ilhas Marshall, Namíbia, Palau, Santa Lúcia, Samoa e Trindade e Tobago. A lista contém também recomendações sobre os passos a tomar para um país ser retirado dela.

Debate: 28/02/2018

Mais informação

[Comunicado de imprensa da Comissão - UE publica lista das jurisdições fiscais não cooperantes \(5 de dezembro de 2017\)](#)

[Comunicado de imprensa do Conselho - Fiscalidade: Oito jurisdições retiradas da lista da UE \(23 de janeiro de 2018\)](#)

[Nota do Serviço de Estudos do PE](#)

Criação de uma nova comissão especial do PE sobre os crimes financeiros

Os eurodeputados deverão aprovar a criação de uma comissão especial do PE sobre os crimes financeiros e a elisão e a evasão fiscais, que dará seguimento ao trabalho das anteriores comissões TAXE e PANA. A resolução que determina as competências, composição numérica e duração do mandato da nova comissão será votada na quinta-feira. Esta deverá ser composta por 45 membros e apresentar o relatório final dentro de um ano.

Votação: 1/03/2018

Mais informação

[Proposta de resolução referente à constituição, às competências, à composição numérica e à duração do mandato da comissão especial sobre os crimes financeiros e a elisão e a evasão fiscais](#)

[Artigo 197.º do Regimento do PE: Comissões especiais](#)

Ponto da situação sobre a União Bancária

O relatório anual sobre a União Bancária reitera a preocupação do PE com o elevado nível de créditos não produtivos (crédito malparado), incentiva a criação de sociedades de gestão de ativos, ou “bancos maus”, para resolver este problema, e nota que a União Bancária está incompleta sem um terceiro pilar, relativo à criação de um Sistema Europeu de Seguro de Depósitos. O debate e a votação realizam-se na quinta-feira.

“A União Bancária precisa de ser reforçada, na medida em que constitui um objetivo fundamental para a estabilidade financeira da área do euro e um elemento indispensável de uma verdadeira União Económica e Monetária”, salienta o relatório da comissão parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários.

Os eurodeputados querem que sejam envidados novos esforços para concluir a União Bancária, dado que esta permanece incompleta enquanto não for dotada de um mecanismo de apoio orçamental para o Fundo Único de Resolução e de um terceiro pilar, constituído por uma abordagem europeia ao seguro/resseguro dos depósitos.

Os parlamentares recordam que é necessário um apoio orçamental para assegurar um quadro de resolução credível e eficaz e a capacidade para lidar com crises sistémicas, bem como para evitar o recurso a resgates bancários com fundos públicos. Um futuro Fundo Monetário Europeu acolheria a função de apoio orçamental ao Fundo Único de Resolução.

A comissão parlamentar diz que a proteção dos depósitos é “uma questão de interesse comum para todos os cidadãos da UE”, estando a União Bancária incompleta sem um terceiro pilar, relativo a um sistema europeu de seguro de depósitos (a proposta foi apresentada em novembro de 2015, mas tem estado bloqueada).

“As atuais condições económicas favoráveis constituem uma oportunidade para prosseguir as reformas necessárias à conclusão da União Bancária”, conclui o relatório, notando que a sua conclusão é fundamental para quebrar a ligação banco-dívida soberana e que os riscos em determinados sistemas bancários nacionais continuam a não ser suficientemente tidos em conta.

Debate: 1/03/2018

Votação: 1/03/2018

Processo: relatório de iniciativa

Relator: Sander Loones (ECR, BE)

Mais informação

[Relatório sobre a União Bancária – Relatório anual de 2017](#)

Saúde das abelhas, apoio aos apicultores e promoção do mel na UE

O PE vai propor medidas para proteger a saúde das abelhas, apoiar os apicultores europeus e promover o mel e a sua utilização terapêutica. As abelhas prestam um serviço fundamental ao ecossistema e à agricultura na UE ao polinizarem as flores, nota o relatório da comissão parlamentar da Agricultura que vai ser debatido em plenário na quarta-feira e votado na quinta-feira.

A comissão parlamentar da Agricultura apela a uma estratégia de grande escala e a longo prazo para a saúde das abelhas e seu repovoamento, a fim de preservar as populações de abelhas selvagens atualmente em declínio na UE.

Os eurodeputados propõem o aumento do financiamento ao setor da apicultura da UE, medidas para fazer face a perdas de produção sofridas pelos apicultores profissionais e a introdução de um regime de compensação nos programas apícolas nacionais para a mortalidade das colónias de abelhas. Em alguns Estados-Membros, o número de colónias de abelhas diminuiu devido aos efeitos das alterações climáticas (por exemplo, geadas de primavera, seca, incêndios), de determinadas substâncias ativas dos pesticidas e de perturbações no mercado interno do mel.

A comissão parlamentar da Agricultura quer que sejam reforçados os controlos veterinários fronteiriços e no mercado interno e que sejam realizadas amostragens e testes oficiais ao mel proveniente de países terceiros nas fronteiras externas da UE, notando que as importações de baixa qualidade, as adulterações e os sucedâneos continuam a exercer pressão sobre os preços.

A Comissão Europeia deve garantir que o mel e outros produtos apícolas sejam considerados “produtos sensíveis” nas atuais ou futuras negociações de acordos de comércio livre, dado que “a concorrência direta pode expor o setor da apicultura da UE a uma pressão excessiva ou insustentável”, diz o relatório, exortando o executivo comunitário a “excluí-los eventualmente” do âmbito das negociações de comércio livre.

Promoção do mel junto das crianças e da sua utilização terapêutica Os eurodeputados recordam que o mel é um dos produtos agrícolas que pode ser incluído no âmbito do regime de distribuição de fruta, produtos hortícolas e leite nas escolas, incentivando os Estados-Membros

a informarem as crianças sobre os produtos locais e a reforçarem a participação de produtores de mel locais nos programas escolares. O mel pode ser utilizado para substituir o açúcar refinado e outros adoçantes, contribuindo, assim, para a saúde pública, sublinham.

Os parlamentares pedem ainda à Comissão que elabore um relatório sobre as diferentes práticas terapêuticas que utilizam mel, pólen, geleia real e veneno de abelha na UE, salientando a importância crescente da apiterapia como uma alternativa natural ao tratamento com medicamentos convencionais.

Dados Há mais de 600 000 apicultores na UE, dos quais [10 698 em Portugal](#), segundo dados de 2016 da Comissão Europeia. Os três principais produtores europeus de mel são a Roménia, a Espanha e a Hungria, seguidas da Alemanha, da Itália e da Grécia.

A UE produz cerca de 200 000 toneladas de mel por ano, sendo o segundo maior produtor a nível mundial, depois da China.

Cerca de 84% das espécies vegetais e 76% da produção alimentar na Europa dependem da polinização efetuada pelas abelhas selvagens e domésticas.

Debate: 28/02/2018

Votação: 1/03/2018

Processo: relatório de iniciativa

Relator: Norbert Erdős (PPE, HU)

Mais informação

[Relatório sobre as perspetivas e os desafios para o setor da apicultura na UE](#)

[Dados da Comissão Europeia sobre a produção de mel e o número de apicultores em cada Estado-Membro, incluindo Portugal](#)

[Nota do Serviço de Estudos do PE](#)

Outros assuntos em destaque

Luta contra o terrorismo / Direitos fundamentais

- **Cortar as fontes de rendimento dos jihadistas - atacar o financiamento do terrorismo** - debate e votação de um relatório na quinta-feira
- **Relatório anual sobre a situação dos direitos fundamentais na UE em 2016** - debate na quarta-feira e votação de um relatório na quinta-feira
- **Eleição de um vice-presidente do Parlamento Europeu** (em substituição de Ryszard Czarnecki) - votação na quinta-feira